CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE nº 2250/79

INTERESSADA: INOCÊNCIA DA ROCHA DOMINGUES

ASSUNTO : Equivalência de estudos

RELATOR : Conselheiro Bahij Anin Aur

PARECER CEE nº 0357/80 - CESG - APROVADO EM 12/03/80

I - RELATÓRIO

A) Histórico:

Inocência da Rocha Domingues, RG nº 9.988.126, filha de José Joaquim Domingues e de Rita Ferreira da Rocha, nascida em 01/01/1948, natural de Vila do Conde, Portugal, residente à Rua Morais Salles, nº 326, apto. 134, Campinas, São Paulo, tendo realizado estudos em Portugal, dirigiu-se em 21/09/1979 ao Sr. Diretor da Divisão Regional de Ensino de Campinas, para solicitar equivalência dos citados estudos àqueles do sistema brasileiro de ensino.

1) É o seguinte o histórico escolar da interessada de acordo com suas informações da fl.3:

1.1 fez os primeiros estudos com 4 séries em Vila do Conde, Portugal;

1.2 em continuação, freqüentou, na Escola Industrial e Comercial, em Póvoa de Varzini, Portugal, os estudos de Ciclo Preparatório com 2 séries;

1.3 declarou, ainda, que fez em seguida o Curso de Formação Feminina, com 4 séries, na Escola Industrial e Comercial de Póvoa de Varzim, Portugal;

1.4 cursou, em continuação, duas séries das Secções Preparatórias para os Institutos na Escola Industrial e Comercial da Beira, Moçambique;

1.5 no Instituto Industrial e Comercial da Beira, Moçambique, cursou o 1º ano do Curso de Construções Civis no ano letivo de 1974/1975, obtendo aprovação em Matemática, Geometria Descritiva, Organização Industrial nos dois semestres, Química Geral, Mineralogia e Geologia Gerais, Física Geral no 1º semestre e Geologia Aplicada, Edifícios, Materiais de Construção e Inglês no 2º semestre;

1.6 no Brasil, matriculou-se na 2º série do 2º Grau (1º semestre), em 1979, no Curso Supletivo Dinâmico, em Campinas, tendo cursado a 3º série do 2º grau na mesma escola (2º semestre) (fl.13).

2) Nos autos constam os seguintes documentos:

2.1 Certidão do Instituto Industrial e Comercial da Beira: cursou o 1º ano de Construções Civis naquele estabelecimento (fls. 6/7);

- 2.2 Declaração do Consulado Geral de Portugal de que a interessada é possuidora do Curso Geral dos Liceus completo (fl.5);
- 2.3 Histórico escolar expedido pelo Curso Supletivo Dinâmico de Campinas (fl.13);
- 2.4 Certidão expedida pela Escola Industrial e Comercial "Freire de Andrade, de Beira, Moçambique, na qual consta que a interessada tem arquivadas no seu "processo individual duas (2) certidões de habilitações literárias passados pela Escola Industrial e Comercial de Póvoa de Varzim, onde consta que concluiu naquela Escola, em 10 de agosto de 1965, o Curso de Formação Feminina". No documento consta ainda que a aluna prestou exames de habilitação para ingresso nos Institutos Industriais em 1974 (fl.24/25).

O Parecer emitido pela DRE de Campinas, na sua conclusão, ressaltou a insuficiência de comprovantes dos estudos realizados pela interessada, e a carência de dados sobre o Curso de Formação Feminina que a requerente declara ter realizado em 4 séries, perfazendo um total de 10 anos de escolaridade. Lembrou, também, o fato da aluna haver cursado a 2ª e a 3ª séries do 2º Grau do Curso Supletivo Dinâmico. A CEI, analisando o protocolado concluiu que os estudos realizados pela interessada são equivalentes aos de conclusão de curso de 2º Grau. Encaminhou o protocolado a este Conselho, para manifestação.

Do Gabinete do Sr. Secretário, o processo veio ter a este Conselho.

APRECIÇÃO

- 1) A interessada, proveniente de país estrangeiro, foi matriculada na 2ª série do 2º Grau, Curso Supletivo, modalidade Suplência, tendo cursado, inclusive, a 3ª série do 2º Grau, sem que houvesse sido reconhecida, até esta data, a equivalência de seus estudos. .
- 2) Pela leitura dos autos, verifica-se que há deficiência de instrução processual, uma vez que a interessada não apresentou comprovante das séries cursadas na Escola Primária (4 anos), e Ciclo Preparatório (2 anos). Porém, pelo sistema de ensino vigente em Portugal, o curso realizado em Escolas Industriais só é acessível e alunos que tenham cursado anteriormente as séries citadas. Assim sendo, a aluna pode ficar isenta da apresentação do comprovante dos cursos realizados anteriormente.
- 3) O capítulo referente ao Ensino Técnico e Profissional em Portugal ("L' Éducation dans le Monde" - III - UNESCO) estabeleceu que o aluno, no referido país, após concluir os 4 anos de estudos: no curso primário, faz um exame de admissão ao ciclo preparatório profissional, que compreende 2 anos de estudos. Após, o ensino profissional ministrado nas Escolas Industriais, compreendendo 3 ou 4 anos, destina-se a alunos que querem aprender uma profissão.

4) Considerando que a requerente possui um total de 10 anos de escolaridade, e que a última série cursada é equivalente à 1ª série do 2º Grau em nosso sistema de ensino, tendo a interessada se matriculado na 2ª série do 2º Grau, do Curso Supletivo Dinâmico, de Campinas, somos de parecer que devam ser convalidados sua matrícula na 2ª série do 2º Grau, bem como os atos escolares praticados posteriormente.

II - CONCLUSÃO

Pelo exposto, somos de parecer que:

- 1) Os estudos feitos em Portugal por Inocência da Rocha Domingues sejam considerados equivalentes aos de conclusão da 1ª série do 2º Grau.
- 2) Sejam convalidados os estudos feitos por Inocência da Rocha Domingues no Curso Supletivo Dinâmico, de Campinas, referentes às 2ª e 3ª séries do 2º Grau.
- 3) Se a interessada desejar continuar seus estudos com vistas à profissionalização, somente poderá receber o diploma de Técnico após cumprir a carga horária estabelecida para a parte de formação especial da habilitação profissional pretendida.

São Paulo, 13 de fevereiro de 1980

a) Conselheiro Bahij Anin Aur - Relator

III - -DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Fe. Antônio Ferreira do Rosa Aquino, Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, Fe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamasso Garcia e Renato Alberto Teodoro Di Dio.

Sala das Sessões, em 13 de fevereiro de 1980

a) Conselheiro José Augusto Dias - Presidente

IV- DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de março de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente